

Ao Encontro do Tempo

A situação falimentar quase geral dos estados e prefeituras, muitos dos quais não pagaram salários de novembro e o 13º salário, adverte que, se a política de gastos públicos não mudar, o país vai explodir. O Congresso não pode ser espectador passivo do déficit crescente.

O governo federal tem feito tremendo esforço para conter seus gastos, mas não conseguiu avanços na redução do déficit consolidado do setor público. O governo esperava déficit de apenas 1,5% do PIB, mas os números finais de 96 devem passar de 4%. Parodiando Sartre, o inferno do déficit público são os outros governos.

O descontrole de gastos dos estados e municípios em relação à receita não se circunscreve, porém, às administrações estaduais e prefeituras. Quando o governo gasta mais do que arrecada, a conta arrebenta em cima do cidadão. E reduz de maneira dramática o espaço econômico para a atuação do setor privado, que investe, produz, exporta, arrecada impostos e gera empregos.

O rombo de caixa leva à paralisia da ação administrativa e social, como vem ocorrendo na maioria dos estados e prefeituras. As tentativas de tapar o rombo sem atacar definitivamente o problema — com a austeridade fiscal e o ajuste da máquina pública — conduzem a duplo erro, que recai sobre o contribuinte: aumenta-se o endividamento público ou o governo cobra mais impostos. Como a malfadada CPMF.

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes, deu o argumento definitivo para o ataque às causas do déficit público e que obrigam o governo a manter a política de juros altos como a principal arma para derrubar a inflação e estabilizar a economia. Os juros altos, segundo Francisco Lopes, são a principal defesa do Real.

Os juros altos são utilizados em todo o mundo para reduzir a velocidade do crescimento econômico e as especulações altistas. Diante do elevado endividamento do setor público, tal política tende a agravar o déficit. Mas baixar os juros para aliviar o setor público (e o setor privado, acuado pelo avanço do Estado sobre a poupança), antes que a aprovação de algumas reformas ponha em ordem

a administração pública, seria a mais irresponsável das políticas. Ao invés de resolver o problema, só contribuiria para destruir as conquistas do Plano Real.

Os governadores eleitos em 1994 junto com o presidente Fernando Henrique estão frustrados. Salvo uma ou outra exceção, ninguém conseguiu fazer grandes realizações depois de dois anos. Os gastos crescem sem parar, estourando os orçamentos, e não há meios de estancar a sangria, simplesmente porque os constituintes de 88 aprovaram uma infinidade de benefícios sem providenciar a receita respectiva.

Se o Congresso não aprovar com urgência as reformas administrativa, previdenciária e tributária para introduzir uma nova cultura que ponha fim à prática política da nomeação de parentes e do empreguismo, a administração pública vai virar um inferno. Para os funcionários públicos, que vão acumular mais atrasos de salários, e os cidadãos, que terão serviços públicos e programas sociais cada vez piores.

Os governadores certamente farão ver às respectivas bancadas estaduais no Congresso a importância de aprovar a pauta da convocação extraordinária. Quando o presidente insiste na necessidade das reformas não se trata de jogo de cena ou de tirar a questão da reeleição do centro do palco político. Os estados e prefeituras precisam, mais que o governo federal, dessas reformas. E o país todo mais ainda.

Sem a reforma administrativa acabar com a estabilidade do funcionário público, o governo não terá meios de cortar o pessoal em excesso para manter os mais eficientes. Sem a reforma da previdência extirpar as aposentadorias milionárias no serviço público e o reajuste automático de 20% na aposentadoria, os governos não poderão cumprir a Constituição, que limita em 65% da receita os gastos com a folha de pessoal.

Sem as reformas os governos vão naufragar, na desorganização financeira. E se os governos não andarem, o setor privado, que poderia estar investindo e produzindo mais, para oferecer empregos, continuará tolhido pela política de juros altos. O tempo corre contra todos.